

ARTIGO

**“FRONTEIRAS INTERNAS” DA AMÉRICA DO SUL:  
REFLEXÕES PRELIMINARES SOBRE O ESTADO PERUANO  
NA CONFIGURAÇÃO DO IMEDIATO PÓS-GUERRA FRIA**

**Resumo**

O presente artigo discute o fim da ordem internacional da Guerra Fria e as pautas emergentes para as novas agendas internacionais do século XXI. Nesse processo, observam-se as configurações dos atores internacionais nos cenários global e regional. No tocante ao último cenário, vislumbra-se a América do Sul que se reordenou a partir de Estados com “máquinas” aperfeiçoadas ou não. Essa divisão permite criação de “fronteiras interna” que revelam como países reagiram diante das mudanças mundiais. O caso peruano é o objeto de investigação central, com os esforços governamentais para adequar a nação à realidade imposta pela globalização. Esforços que não lograram efeitos plenamente positivos, tendo-se fenômenos como a ocorrência do narcotráfico nesse país.

**Palavras-Chave:**

Guerra Fria; Peru; Estados Modernos.

**Abstract**

*The present article discusses the end of the international order of the Cold War and the emerging guidelines for the new international agendas of the XXI century. In this process, we observe the settings of international actors in global and regional scenarios. Regarding the latter scenario, it is envisaged that South America that has been reorganized from states with “machines” enhanced or not. This division allows the creation of “internal borders” which reveal how countries reacted to the worldwide changes. The Peruvian case is the subject of central investigation, with the government efforts to adapt the nation to reality imposed by globalization. Efforts that failed to fully positive effects, taking up phenomena as the occurrence of drug trafficking in this country.*

**Keywords**

*Cold War; Peru; Modern States.*

\* Doutor em História pela Universidade de Brasília, UnB. Professor Adjunto da Universidade Federal de Roraima, UFRR.

*Em contrapartida a essas mudanças, assinalemos algumas constantes. As duas superpotências não perderam sua supremacia militar. Comparados à União Soviética ou os Estados Unidos, todos os outros Estados do planeta parecem pigmeus. não (sic) há dúvidas de que a comunidade europeia, graças ao volume de seu produto nacional e à produtividade de seu trabalho, pode eventualmente tornar-se uma superpotência. Contudo, várias razões psicológicas e políticas nos permitem afirmar que esse potencial não se transformará, em futuro previsível, em potência efetiva. Que até o final do século os Estados Unidos e a União Soviética continuarão a ser efetivamente os dois grandes, as duas superpotências, parece-me tão certo quanto qualquer proposição relativa ao futuro pode sê-lo (deixando de lado a hipótese de uma grande guerra na qual as duas estariam envolvidas)*

*(Raymond Aron)\**

## Introdução

O filósofo e sociólogo francês Raymond Aron escreveu essas linhas no verão de 1982 para um livro que então compunha e tinha título bastante sugestivo: *Os últimos anos do século*. Através dessa epígrafe, o tema central do livro e a visão do autor sobre o mundo ficaram expostos, bem como revelaram crenças que homens possuíam naquele momento. Vale ressaltar que Aron refletia um momento de transição, no qual a realidade internacional fundada na bipolaridade sofria mudanças profundas por que gestava uma ordem multipolar ainda desconhecida e repleta de insegurança. Mas, a despeito dessas inseguranças, também se reconheciam “algumas certezas”. Como a de que a comunidade europeia “(...) não se transformará, em futuro previsível, em potência efetiva” ou que “(...) os Estados Unidos e a União Soviética continuarão a ser efetivamente os dois grandes, as duas superpotências (...)”.

O presente artigo se insere nesse contexto de “algumas certezas” e muitas incertezas. Contexto de ruptura e transição, no qual se contemplou as últimas décadas do século XX para compreender os temas gestados que fundariam as novas agendas do século XXI. Dessas agendas, em particular, a relativa às “fronteiras internas” da América do Sul. Não fronteiras físicas simplesmente, mas políticas e que são perceptíveis quando se estuda o desenvolvimento dos Estados modernos e sua readaptação

\* ARON, Raymond. *Os últimos anos do século*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

nas crises originadas no final da década de 1960, aprofundadas ao longo das décadas seguintes e que atingiram o começo dos anos 1990 com a derrocada do socialismo real<sup>1</sup> e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, URSS. O texto, aliás, se inscreve nesse quadro histórico ao passo que respeita a historiografia tradicional das Histórias das Relações Internacionais. As investigações começam no período denominado Détente e seguem até o final dos anos 1980, entendido como década de crises e busca de reafirmação da bipolaridade por parte daqueles dois grandes contentores.

Algumas advertências, porém, são necessárias. Fronteiras políticas são compreendidas historicamente e a partir da noção de Estado moderno. Este é entendido dentro de uma perspectiva weberiana com fundamentação em Laurence Whitehead, para quem esse Estado deveria articular, com eficiência, a administração do povo, o controle dos recursos e a territorialidade. Para trabalhar essas abstrações, escolheu-se o Peru por duas razões. Primeiro por que esse país representava uma conformação menos aprimorada de Estado moderno e gestou, nesse período, problemas que permanecem sem solução. Segunda razão; esses problemas, relativos ao comércio de narcóticos e ao terrorismo<sup>2</sup> atingem nações sul-americanas e outras externas ao subcontinente em pauta.

Dessa forma, entendeu-se que dividir o artigo em duas seções e uma subseção seria a forma mais conveniente de apresentá-lo ao leitor, pois assim, a sequência de argumentos e de informações teriam mais sentido. Frisa-se que essas sequências se fundamentam na perspectiva da existência de um sistema internacional<sup>3</sup> no qual os atores apresentados são membros. Na primeira seção discutiram-se as alterações e rupturas da ordem bipolar em perspectiva internacional para compreender a gestação de problemas e temas próprios do século XXI. Na segunda, na qual cabe a subseção, o debate se deu em torno da América do Sul e no desenvolvimento dos Estados modernos com foco especial no Peru.

---

1 Conceito criado na década de 1970, período em que Leonid Brejnev ocupou o cargo de Secretário Geral do Partido Comunista da União Soviética, PCUS, de 1977 a 1982 e a Presidência da URSS entre 1964 e 1982. A partir desse conceito, os grupos dirigentes dos Partidos Comunistas no poder expressavam a ideia de socialismo realmente existente ou socialismo realizado. Na linguagem política da época, esse conceito rivalizava com o de euro-comunismo, no qual se pretendia uma terceira via entre o modelo soviético e a socialdemocracia dos países pertencentes ao bloco socialista. A este respeito, ver artigo de Aldo Agosti registrado nas referências finais desse texto.

2 Utilizou-se o termo conforme sentido oficial dado pelos governos peruanos, o qual associa terrorismo aos grupos guerrilheiros, como o Sendero Luminoso.

3 Entende-se sistema internacional como espaço das relações internacionais, então formado por uma totalidade com organização própria. De forma mais minuciosa, Raymond Aron (1986, p. 153) define sistema internacional como “(...) o conjunto constituído pelas unidades políticas que mantêm relações regulares entre si e que são suscetíveis de entrar numa guerra geral. São membros integrais de um sistema internacional as unidades políticas que os governantes dos principais Estados levam em conta nos seus cálculos de força”.

## *Décadas de mudança: um novo mundo em gestação*

Informa-se que, nesta seção, contemplaram-se as mudanças políticas no interior do sistema internacional originado com o fim da Segunda Guerra<sup>4</sup> a partir da ideia de que esse sistema encontrava-se em desintegração no período em tela. Observaram-se essas mudanças a partir das novas configurações de força do cenário estudado e da economia associada aos avanços tecnológicos e àquelas novas configurações ocorridas nas últimas décadas do século XX.

Nas últimas décadas desse século foram processados um conjunto de relações econômicas, culturais, internacionais, políticas e sociais que gestaram um mundo diferente daquele construído após a Segunda Guerra. As pessoas comuns, os homens de Estado e os intelectuais presenciaram novidades no campo das descobertas científicas e das novas tecnologias, as quais estavam presentes no dia a dia dos indivíduos para auxiliá-los ou prejudicá-los econômica e socialmente. Esse período foi denominado de O Desmoronamento por Eric Hobsbawm (2008) e de Pós-Guerra Fria e globalização pelos historiadores Paulo Visentini e Analúcia Pereira (2008).

Do Desmoronamento ou Pós-Guerra Fria e globalização foram observados os assuntos relativos à política internacional<sup>5</sup> do período em questão. Frisa-se que essa escolha não desconsiderou a relevância de temas como a revolução tecnológica que produziu, de acordo com Eric Hobsbawm (2008, p. 261), a miniaturização e portabilidade do mundo, com produtos como calculadoras de bolso e relógios digitais da década de 1970. Ou, ainda, aspectos dessa mesma revolução como o acento na vantagem das “economias de mercado desenvolvidas” sobre as outras formas de economias, pois, quanto mais complexa a tecnologia maior era o dispêndio para

---

4 Alude-se aos desdobramentos do Tratado de Yalta. O Tratado foi celebrado entre a URSS, e as potências ocidentais. Por meio dele, proibiu-se o uso de força militar para provocar o recuo do lado oposto. O acordo também alcançou a Ásia, como evidenciado pela divisão da Coreia e ocupação militar do Japão. Em síntese, Yalta foi um acordo feito no pós-guerra que garantiu a dominação soviética sobre um terço da Europa e a hegemonia americana sobre os outros dois terços. O acordo regulou as relações internacionais desde 1945, introduzindo o conceito de superpotência que reduziu o papel das potências coloniais européias e das potências derrotadas do Eixo. Através desse conceito, criou-se um cenário no qual a Europa, então dividida, não representava mais o centro do sistema internacional e o capitalismo mundial se integrava sob o comando de Nova Iorque e Washington. O bloco soviético se tornou um pólo regional e reativo aos Estados Unidos, com este representando o tipo ideal fordista-keynesiano. Vale ressaltar que, paralelamente, aconteceu um forte processo de descolonização no mundo.

5 “(...) relações potencial ou efetivamente conflitivas entre os representantes das entidades autônomas detentoras do poder coercitivo (governantes ou governos dos Estados) em um meio anárquico (internacional). Diz respeito, em última instância, às relações de poder entre os Estados nacionais dentro do sistema internacional, em favor de temas como guerra e paz, segurança e ordem (...) sua dimensão internacional diz respeito a questões do poder e da legitimidade e autoridade para o exercício desse poder pelo Estado” (Silva; Gonçalves, 2005, p. 193).

promovê-la.<sup>6</sup> Mas, para os propósitos do artigo, interessou refletir a alteração e ruptura no período por meio de uma perspectiva política.

Assim sendo, o período que compreende o final da década de 1960 e segue até o início dos anos 1990 é de desintegração da ordem estabelecida no Pós-Segunda Guerra, representando o começo de uma ruptura histórica. Essa ruptura se confirmou a partir do desmoronamento da URSS, e com a derrota do socialismo real em 1991. De acordo com Paulo Visentini e Analúcia Pereira (2008, p. 177), nesse contexto existia tendência à multipolaridade, com perda relativa de controle de Moscou e Washington sobre os seus aliados. Além do que, teve-se a desaceleração da economia mundial, que indicava o desgaste do modelo fordista,<sup>7</sup> como também o desequilíbrio estratégico desfavorável à Washington com alterações bruscas de regimes e quatorze revoluções em apenas uma década.

Na historiografia tradicional das Histórias das Relações Internacionais se convencionou denominar de Détente, ou maior flexibilidade nas relações entre Estados Unidos e União Soviética, o período compreendido entre 1969 e 1979. A flexibilidade aludida mostrou que a bipolaridade estava esgotada e outra ordem internacional surgia baseada em uma diversidade de interesses, sobretudo, no campo econômico. A Europa se integrava através dos tratados de Roma<sup>8</sup> e, em janeiro de 1973, se compunha a Europa dos Nove.<sup>9</sup> Segundo José Flávio Sombra Saraiva (2001, p. 73), a Europa dos Nove forneceria o núcleo de poder da União Européia, gestada duas décadas depois.

Nesse ambiente de esgotamento da bipolaridade, o Japão emergiu como segunda economia mundial. O Estado japonês aproveitou a presença estadunidense para

---

6 Segundo Eric Hobsbawm (2008, p. 261), o “país desenvolvido típico” possuía mais de mil cientistas e engenheiros para cada milhão de habitantes na década de 1970.

7 Modelo baseado na produção automobilística em massa, de Henry Ford. A proposição central do modelo estava presente no seu método. Grosso modo, este consistia no aumento da eficiência e da produção para reduzir o preço de um produto. Por seu turno, o aumento de vendas do produto fazia com que seu preço permanecesse reduzido.

8 Tratados assinados em março de 1957 em Roma, Itália. O primeiro deles instituiu a Comunidade Econômica Europeia, CEE, e o segundo criou a Comunidade Europeia de Energia Atômica que se tornou mais conhecida como Euratom. Os tratados entraram em vigor em 1 de janeiro de 1958.

9 A Europa dos Nove significou a solução do “problema britânico” e o alargamento da CEE. Os britânicos negavam-se a entrar na Comunidade por que defendiam a criação de uma zona de livre comércio que abolisse os direitos alfandegários internos e preservasse a liberdade de cada país decidir suas fronteiras em relação a outras nações não comunitárias. Eles eram contrários à união aduaneira como preconizada na CEE, pois esta previa a perda de soberania dos Estados para instituições supranacionais europeias em longo prazo. Tinha-se em vista a unidade política da Europa. Salienta-se que, com o Reino Unido, ingressaram na CEE Dinamarca e Irlanda. Esses países somaram com os outros seis fundadores, quais sejam: Bélgica, França, Itália, Luxemburgo, Países Baixos e República Federal Alemã.

elaborar seu projeto de inserção internacional que, discreto e eficiente, transcendeu sua condição de “arquipélago ocidental incrustado nas águas asiáticas” (SARAIVA, 2001, p. 81). Importante salientar que o primeiro-ministro Kakuei Tanaka visitou a China em setembro de 1972 e assinou acordos de cooperação comercial e, em 1978, foram assinados tratados de paz e amizade entre Pequim e Tóquio.

China, Índia e Vietnã representaram três outros importantes atores asiáticos no momento apreciado. A China se reinseriu no sistema internacional, usando de sua importância econômica, demográfica e militar. Nesse sentido, em abril de 1971, os chineses apresentaram uma nova política externa aproximando-se dos Estados Unidos e recusando a hegemonia soviética. Os resultados dessa política foram sentidos com a visita de Richard Nixon a Pequim em fevereiro de 1972 e de Georges Pompidou em 1973. Com a entrada nas Nações Unidas e tendo assento permanente no Conselho de Segurança a partir de 26 de outubro de 1971, o Estado chinês dirigiu suas políticas para a África, América do Sul e Oriente Próximo, onde apoiou a Palestina.

A Índia apresentava relevância no jogo de poder internacional do período em função da sua população e pela tradição profissional das suas forças militares. Apesar de inclinada aos soviéticos, esse país teve autonomia relativa no jogo de poder e optou por não romper relações com o Ocidente. O Vietnã, por seu turno, procurou estender sua influência militar e política na região por meio de desafios dirigidos aos Estados Unidos e à China, com o objetivo de avançar seu poder para o sudeste asiático, mais precisamente o Camboja.

No âmbito da Détente, existiu a “outra ponta do sistema internacional” que também se manifestou. O Terceiro Mundo reivindicou participação mais ativa no sistema e, destarte, o fez por meio de unidade de interesses que uniu nações africanas e alguns países americanos e asiáticos. Eles procuraram afirmar o conceito de Terceiro Mundo nas relações internacionais. Segundo José Flávio Sombra Saraiva (2001, p. 82), nas primeiras sessões da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento, Unctda, reclamou-se o fato da acumulação da riqueza mundial estar concentrada em poucos países. As nações do Terceiro Mundo se esforçaram pela formulação de uma agenda internacional que promovesse uma ordem econômica e política menos injusta.

Pode-se afirmar que as nações do Terceiro Mundo buscaram a realização de seus propósitos apesar de não lograrem. O insucesso na realização desses propósitos deu-se em conseqüência da concentração de grande número de países, com interesses particulares, prejudicando uma coesão estratégica entre eles. Outra dificuldade

se deu em função da dependência desses Estados em relação aos centros hegemônicos. Contudo, as suas diplomacias perseveraram no âmbito da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento, conquistando a declaração e o programa de ação sobre o estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional, Noei.

Nesse contexto, a América do Sul guardou uma peculiaridade em sua inserção internacional no momento em tela, qual seja: a experiência da contradição estabelecida pelo par oposto autonomia-dependência. Autonomia na perspectiva de parcerias estabelecidas no âmbito da cooperação Sul-Sul com África e Ásia ou nos acordos com a Europa Ocidental e Japão. Neste caso, com a última nação atenuando a importância relativa dos Estados Unidos no eixo econômico e político dos acordos externos. Dependência, almejada pelos estadunidenses, no sentido de vincular a América do Sul ao tratado de Tlatelolco<sup>10</sup> para a criação de uma zona livre de armas nucleares na parte sul do continente.

Por fim, teve-se o tema da crise econômica que apontava desconfianças com a viabilidade do capitalismo. A crise do sistema financeiro, que se deu a partir da não sustentabilidade do padrão monetário do dólar, provocou o aumento das taxas de juros internacionais e indicava que a economia dos Estados Unidos perdia em importância. Para as economias vinculadas à opção do endividamento externo, os prejuízos foram enormes. O pagamento da dívida externa, contraídas na década de 1970, dos países da África, América do Sul e Ásia inviabilizava o desenvolvimento de seus projetos nacionais.

Outra faceta da crise econômica se deu com o petróleo. Neste caso, têm-se dois choques de preço. O primeiro em 1973 e o último em 1979. A crise mostrou a vulnerabilidade de projetos de desenvolvimento, mas, por outro lado, reordenou o sistema internacional. Países periféricos e produtores de petróleo, em particular os árabes, apresentaram-se em bloco para reivindicar participação no planejamento das atividades econômicas em escala global. Além do que, a crise provocou agentes produtivos a economizar hidrocarbonetos e a pesquisar fontes alternativas de energia.

Uma das conseqüências desse cenário, de acordo com José Flávio Sombra Saraiva (2001, p. 86), foi o recrudescimento nas relações entre as duas superpotências

---

10 O Tratado de Tlatelolco foi celebrado em 14 de fevereiro de 1967 na Cidade do México, capital federal do país homônimo. O Tratado foi ratificado pelas 33 nações da América Latina e Caribe, sendo Cuba a última nação a aderir-lo no ano de 2002. Ele estava inscrito no Organismo para Proscrição das Armas Nucleares na América Latina, OPANAL, e tinha por objetivo erradicar todo armamento nuclear das fronteiras do subcontinente.

que desenvolveram novas formas de antagonismos. Considerando-se que a Détente representou ação dessas superpotências para exercer o controle da produção da tecnologia de destruição em massa, tem-se que o saldo final foi emblemático. Terminou-se o período com a bipolaridade comprometida e a ascensão conservadora nos dois gigantes citados. Nos EUA, Ronald Reagan<sup>11</sup> foi eleito presidente pelo Partido Republicano em 1980 e, na condição de presidente, aumentou a tensão mundial com o temor de uma guerra nuclear. Do outro lado, na URSS, Leonid Brejnev<sup>12</sup> substituiu Nikita Khrushchev com a finalidade de trazer o país, novamente, para dentro da “cortina de ferro”.<sup>13</sup>

A ascensão conservadora nos EUA e na URSS, bem como a tentativa de retorno à ordem da bipolaridade, foram acompanhadas de um novo cenário internacional. Este cenário registrou temas como custo energético, estagnação da produção de bens, inflação de preços, flexibilização geográfica da produção industrial a partir de sistemas financeiros altamente organizados, nova economia com base no modelo tecnológico-industrial e reorganização do consumo e do mundo do trabalho. Para Eric Hobsbawm (2008, p. 395), na década de 1980 e no fim do século XX:

(...) os países do mundo capitalista desenvolvido se achavam, tomados como um todo, mais ricos e mais produtivos do que no início da década de 1970, e a economia global da qual ainda formavam o elemento central estava imensamente mais dinâmica.

Por outro lado, a situação em regiões particulares do globo era consideravelmente menos cor-de-rosa. Na África, na Ásia ocidental e na América Latina cessou o crescimento do PIB per capita. A maioria das pessoas na verdade se tornou mais pobre na década de 1980, e a

---

11 Ronald Reagan iniciou sua carreira política no Partido Democrata, o qual abandonou em 1962 para ingressar no Partido Republicano. Reagan acusava o antigo partido de ter perdido sua identidade e de tomar, cada vez mais, posturas esquerdistas.

12 Leonid Brejnev representava a “velha guarda comunista” insatisfeita com as reformas de Nikita Khrushchev. A velha guarda afastou Khrushchev por meio de um golpe de Estado durante suas férias. O golpe beneficiou Brejnev por que este era secretário do Comitê Central, portanto, sucessor oficial de Khrushchev. Nesse contexto, em 14 de outubro de 1964, o então secretário se tornou Primeiro Secretário do Partido, dividindo o poder com Alexey Kosygin (Presidente do Conselho de Ministros) e Anastas Hovhanesi Mikoyan (Presidente do Presidium do Soviete Supremo). Mikoyan se aposentou em 1965 e foi substituído por Nikolai Podgomy. Assim se formou o denominado Triunvirato.

13 O termo “cortina de ferro” foi utilizado pelo então primeiro-ministro britânico Winston Churchill em discurso de 5 de março de 1946 no Westminster College, Fulton, Missouri, Estados Unidos. A partir desse discurso, aquele termo se tornou conceito para expressar a divisão da Europa em dois blocos: o Ocidental e o Oriental. Este último era de influência política da URSS. Ele compreendia, além das repúblicas européias da URSS, os Estados da Alemanha Oriental, Bulgária, Hungria, Polônia, Romênia e Tchecoslováquia. O bloco Oriental se organizava economicamente pelo Conselho para Assistência Econômica Mútua, COMECON. No campo militar tinha-se o Pacto de Varsóvia e no plano político os países membros adotavam como modelo de organização interna a economia planificada, a lógica do partido único e o socialismo.

produção caiu na maior parte dos anos da década nas duas primeiras dessas regiões, e por alguns anos na última (...)

Eric Hobsbawm alude a fatos que se tornaram corriqueiros no período em tela, como o retorno da fome endêmica na África, por exemplo. Nesse período, a miséria e a pobreza também atingiram países desenvolvidos e ricos. Segundo Hobsbawm, no ano de 1993, existiam 23 mil pessoas dormindo em abrigos públicos ou nas ruas de Nova York. No Reino Unido, no ano de 1989, 400 mil homens e mulheres foram oficialmente classificados como “sem teto”. Para o historiador, esses fatos indicavam, de forma impressionante, o aumento da desigualdade econômica e social no que ele denominou de nova era.

Nesse sentido, entende-se que a ideia de um sistema internacional multipolar, gestado nas últimas décadas do século XX, e manifestado nos anos 1990 em diante resta apresentado. Dessa forma, pretende-se refletir o caso sul-americano, buscando compreender os seus tipos de Estados membros e como eles, um dos elos mais fracos do sistema, reagiram às transformações que resultaram em uma nova ordem internacional. Para isso, consideraram-se as particularidades de cada país, mas admitiram-se suas proximidades em termos históricos e políticos. São nações, em sua grande maioria, oriundas de colonização ibérica e que se tornaram independentes em um mesmo período. Experimentaram ditaduras civil-militares quase ao mesmo tempo e saíram delas com fragilidades semelhantes.

#### *América do Sul nas décadas da mudança: desenvolvimento dos Estados modernos*

Notícia-se que, nesta seção, contemplaram-se as adequações sul-americanas às mudanças políticas no interior do sistema internacional apreciado anteriormente. Nessas adequações, foram observados fundamentos da ideia de que a América do Sul foi uma região de baixo nível de tensão política, bem como o insucesso dos seus Estados em solucionar graves problemas sociais nas décadas finais do século XX. Nesse ínterim, desenvolveram-se reflexões sobre os Estados modernos dos países do subcontinente em questão.

Para estudiosos das Relações Internacionais americanas em uma perspectiva histórica, existe um consenso quanto ao tema em pauta. Eles supõem que a América do Sul representou uma região pacífica e com baixo nível de tensão política nos anos apreciados. José Flávio Sombra Saraiva e Paulo Roberto de Almeida dedicaram esforços na compreensão desse período e tema e, considerando os limites próprios de um artigo, seus argumentos foram apreciados para exemplificar aquele consenso.

Sombra Saraiva (2001, p. 75), entende que a América do Sul representou uma “área de viva atuação internacional” por que procurava sua inserção no mundo. A despeito de tensões ideológicas resultantes da Revolução Cubana e de movimentos revolucionários<sup>14</sup> contrários a governos autoritários, as relações internacionais da região não tiveram caráter ideológico.

Já para Paulo Roberto de Almeida (2001, p. 164), a América do Sul não possuiu problemas interestatais.<sup>15</sup> Para Almeida, os enfrentamentos armados e a iminência de conflitos militares como os representados pelo par Chile-Argentina e Peru-Ecuador ou as disputas fronteiriças entre a Colômbia e a Venezuela e desta com a Guiana não representaram instabilidade estratégica à manutenção das suas relações. Para ele, existia uma vocação integracionista própria de uma tradição ibero-americana e a ocorrência de mecanismos flexíveis para o exercício da cooperação regional, dos quais os tratados da Bacia do Prata e a Cooperação Amazônica foram bons exemplos.

Paulo Roberto de Almeida ainda compreende que esses componentes permitiram que a América do Sul tivesse uma situação de baixa tensão potencial. Nesse sentido, o Mercosul contribuiu com a estabilidade ao fortalecer a interdependência das economias bem como ativou a capacidade de barganha da região no cenário internacional. Mas, a despeito do fator positivo ocasionado pela sua situação de baixa tensão potencial, a América do Sul não conseguiu vencer vícios que existiam desde a formação de seus países enquanto nações soberanas. O século XX se encerra segundo Almeida (2001, p. 163), com a maior parte dos países sul-americanos tendo “(...) altas taxas de desigualdade na distribuição de renda, nos baixos níveis de educação formal e na carência generalizada dos valores de cidadania”.

As altas taxas de desigualdades, os baixos níveis de educação e a carência de cidadania tornaram-se problema grave porque, na década de 1980, a América do Sul experimentou um largo e profundo processo de democratização. Os governos autoritários foram substituídos por dirigentes eleitos diretamente e os parlamentos atuaram com maior liberdade, inclusive, tendo a presença de homens públicos e de partidos até então isolados e proibidos de atuação política. Nesse contexto, os países sul-americanos se reinseriram no cenário internacional através dos seus Estados modernos.

---

14 José Flávio Sombra Saraiva mencionou como mais importantes, os movimentos contrários aos governos da Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia e Peru.

15 Importante frisar que essa afirmação se sustenta quando a América do Sul é comparada a outros continentes no mesmo período.

Nesse sentido, resta definir o que é um Estado moderno e, a partir desse exercício, suprimir uma dúvida que se origina com a definição em pauta. No que tange a ela, tem-se como acertada a reflexão de Laurence Whitehead (2009, p. 28), para quem os Estados são modernos somente quando articulam, e com eficiência, as categorias de administração do povo, controle dos recursos e territorialidade. Desse modo, os Estados se tornariam impessoais e funcionariam por meio de um aparato burocrático para obter sucesso na implantação de políticas públicas e na legitimação do seu poder. Assim se pergunta qual a razão da maior parte das nações sul-americanas não terem tido êxito na superação das altas taxas de desigualdades, dos baixos níveis de educação e da carência de cidadania como apresentado por Paulo Roberto de Almeida.

*América do Sul: fronteiras internas no desenvolvimento de seus Estados modernos e o caso peruano*

Laurence Whitehead (2009, p. 20) refletiu o desenvolvimento dos Estados sul-americanos, enquanto organização política, a partir da década de 1930 e alcançando os períodos finais do século XX. Para isso, Whitehead observou o começo dos anos 1930 comparando-o aos anos iniciais do pós-guerra e com as décadas de 1960 e 1980. Assim o autor traçou um referencial histórico capaz de compreender o desenvolvimento daqueles Estados por meio de generalizações e dando atenção às particularidades de cada organização política. Através das generalizações, ele revelou pontos em comum entre os países, os quais permitiram entender fatos como a quase falência dos Estados da América do Sul nas crises da década de 1980, e as diferenças no tocante ao seu desenvolvimento.

No que diz respeito às generalizações, tem-se a seguinte citação de Laurence Whitehead (2009, p. 31)

(...) Entre 1930 e 1990, os habitantes da América Latina sofreram uma transformação social causada por fatores como, por exemplo, a urbanização, a alfabetização, a mobilidade, a capacidade de auto-expressão organizada e a “cidadania”. No caso extremo, na década de 1930, Estados latino-americanos incipientes (e, sob certos aspectos, “oligárquicos”) defrontaram-se com uma população em grande parte rural e inculta, cujas capacidades cívicas e possibilidades materiais, em sua maioria, os confinavam (para a maior parte dos fins) na condição de vassalos. O Estado do final do século XX é forçado a reconhecer que, para o bem ou para o mal, o povo a quem deve prestar contas está adquirindo rapidamente todas as características de cidadãos ativos.

A passagem acima revelou que o desenvolvimento do Estado moderno na América do Sul promoveu mudanças estruturais significativas na realidade políti-

ca e social de suas populações. Essas mudanças foram inspiradas pela necessidade desse Estado articular as três categorias apresentadas anteriormente.<sup>16</sup> Com isso, os países da região tiveram melhorias nas suas comunicações internas, entre si e com o mundo. Registra-se a construção de estradas para ligar os centros economicamente dinâmicos e de poder com localidades afastadas ou isoladas dentro de um mesmo território.<sup>17</sup> O incremento do transporte aéreo que facilitou o comércio com nações de uma mesma região ou de continentes diferentes, inserindo as organizações políticas sul-americanas em novas formas de capitalismo no plano internacional.

Essas melhorias expandiram o Estado moderno que, para lograr êxito, tornou-se organização econômica e política de importância, sendo cada vez mais burocrático e racional. Essas características permitiram a eles alto grau de independência, de modo a perseguirem seus objetivos a partir da ideia de atender aos interesses gerais. Assim se fortalecia a burocracia dos Estados sul-americanos, a qual revelava tendências, segundo Laurence Whitehead (2009, p. 30), de crescimento exponencial servindo ou não às necessidades das políticas públicas. Ainda relativo à burocracia e racionalidade, válido ressaltar a presença de instituições internacionais<sup>18</sup> oriundas do pós-guerra que corroboraram na centralização dos territórios e no seu controle efetivo. Além do que, os Estados gerenciavam projetos de desenvolvimento com a opção do endividamento externo.

Esse processo de organização estatal é tido como bom para Laurence Whitehead (2009, p. 31). Ele ocorreu entre as décadas de 1930 e 1980 e atingiu, satisfatoriamente, a maioria dos países sul-americanos. A partir dessa constatação, optou-se por observar as particularidades do processo por meio da tipologia de Whitehead (2009, p. 28) sobre o grau de desenvolvimento das “máquinas estatais” sul-americanas. Elas foram identificadas como “mais modernas”, intermediárias e “menos improvisadas”. As primeiras compreendiam países do Cone Sul, mais especificamente Argentina, Chile e Uruguai. Nas segundas, encontravam-se o Brasil e o México. As últimas reuniam grande parte da América Central. No tocante às “máquinas estatais menos improvisadas” tomou-se a liberdade de incluir o Peru, considerando as dificuldades de controlar seu território a contento. Recordar-se que o controle do território é uma das categorias relacionadas aos Estados modernos como já mencionado.

Além do que, os países andinos<sup>19</sup> desde recém-independentes encontraram dificuldades de ordem cultural e o Peru, especificamente, resistências também geo-

---

16 Cf. p. 11.

17 A esse respeito ver a obra de Benedict Anderson, intitulada *Nação e consciência nacional*.

18 Citam-se como exemplos o Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, Gatt, e a Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional, Usaid.

19 Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela.

gráficas para a implantação de modelos políticos europeus. No que tange à cultura, tinha-se a predominância de comunidades rurais indígenas com forte acento de identidades étnicas de sociedades anteriores. No caso peruano, em particular, a presença indígena era acentuada no Oriente e a economia era de base familiar, com forte acento na prática da coleta de frutos nativos e na pesca. Para Heraclio Bonilla (2004, p. 551), essa república andina revelava sua estrutura social segmentada pela economia, de modo que não se observava a existência de uma sociedade nacional, mas a prevalência de sociedades regionais. Salienta-se que Bonilla pesquisou o século XIX peruano.

Laurence Whitehead (2009, p. 51) observou dificuldades geográficas de ordem semelhante e o mesmo tipo de segmentação apresentado no Peru da década de 1980, conforme considerações de Heraclio Bonilla. Whitehead afirmou, inclusive, que o Peru era um país de geografia física e social difícil, sendo o controle do seu território uma atividade muito complicada para o Estado. Ainda assim, os governos militares que estiveram à frente da nação peruana de 1968 a 1980 assumiram responsabilidades administrativas que se tornariam um fardo muito pesado nas décadas seguintes. Fosse pelo “crescimento exponencial” da burocracia estatal sul-americana, pelo advento de uma economia internacional baseada no modelo tecnológico-industrial com reorganização do consumo e do trabalho ou nos desacertos das políticas públicas dos generais Juan Velasco Alvarado e Francisco Morales Bermúdez,<sup>20</sup> o Estado peruano foi incapaz de cumprir as responsabilidades administrativas assumidas.

Essa incapacidade administrativa foi uma espécie de “herança maldita” para os dois primeiros presidentes eleitos após o Regime Militar Peruano. O segundo governo de Fernando Belaúnde Terry (1980-1985) e a administração de Alan García Pérez (1985-1990) não conseguiram superar as dificuldades geradas por um Estado moderno com uma “máquina menos improvisada” e uma burocracia dispendiosa e nada competente. A organização política peruana não logrou buscar seus objetivos e não foi eficiente para articular a administração do povo, o controle dos recursos e a territorialidade. As tentativas de ampliar os direitos do cidadão foram mal sucedidos ao passo que os recursos ou riquezas nacionais sofriram derrotas para os altos índices de inflação, corrupção e o denominado terrorismo. Além do que, no Oriente dos

---

20 Juan Velasco Alvarado liderou a Junta Militar que destituiu o presidente eleito Fernando Belaúnde Terry em 3 de março de 1968. Velasco governou o país até 29 de agosto de 1975, quando o general Francisco Morales Bermúdez o destituiu do cargo através de outro golpe de Estado que durou até o ano de 1980. Bermúdez iniciou a denominada segunda fase do Regime Militar Peruano, com orientação mais conservadora. Ao final do seu governo, foram chamadas eleições livres que fizeram Fernando Belaúnde Terry retornar ao poder.

Andes do Peru, a Amazônia, se desenvolvia um dos poucos setores dinâmicos da economia: a produção de narcóticos em vales inacessíveis.

De acordo com Laurence Whitehead (2009, p. 51), as receitas geradas pelos narcóticos eram destinadas aos opositores mais sectários daqueles governos. O Sendero Luminoso seria um dos beneficiados desse comércio e, com esses recursos, fomentava uma “longa guerra’ de vingança contra toda a ordem social”. Acertada ou equivocada a asserção de Whitehead, a situação não contribuiu com a recente democracia peruana e aprofundava aqueles vícios das nações sul-americanas, já denunciados por Paulo Roberto de Almeida.<sup>21</sup> Explica, igualmente, as razões que levaram o povo peruano a eleger em 1990 um político desconhecido como Alberto Kenya Fujimori Fujimori. O descontentamento popular com a inoperância do Estado e o medo gerado pela inflação e violência, bem como a ausência de credibilidade dos partidos e políticos tradicionais, sem dúvida, favoreceram Alberto Fujimori.

Alberto Fujimori soube aproveitar a sorte para manter o poder, cumprindo uma década como presidente do Peru. Nesse período, promoveu o que se tornou conhecido como auto-golpe ao dissolver o Congresso Peruano em 5 de abril de 1992 e, com isso, enfraquecer a oposição ao seu governo. Fujimori aumentou sua popularidade ao capturar, no mesmo ano, Manuel Rubén Abimael Guzmán Reynoso ou presidente Gonzalo, líder do Sendero Luminoso. Ele equilibrou a macroeconomia do Peru e privatizou empresas nacionais sem uma oposição que pudesse incomodá-lo. Mas, com o retorno à normalidade política e da vida parlamentar, descobriu-se uma imensa rede de corrupção comandada por Vladimiro Montesinos, assessor da presidência. Situação que levou Fujimori a renunciar ao mandato e fugir para o Japão no ano de 2000.

Essa sucessão de fatos permite algumas reflexões. O Peru possui uma democracia, com esta entendida enquanto eleições livres e partidos políticos regulares. A renúncia de Alberto Fujimori não impediu as eleições livres para presidente ou motivou tentativa de golpe de Estado. Fujimori e Vladimiro Montesinos foram condenados pela justiça e presos, a despeito do propalado conforto que tem o primeiro na prisão. Mas, por outro lado, a produção de narcóticos e sua relação com o terrorismo continuam a preocupar a sociedade peruana e a atestar a permanência dos vícios sul-americanos que não foram vencidos na década de 1980 e continuam perenes no século XXI. Esse comércio provoca tensões nas relações internacionais do Peru. Seja imediatamente com seus vizinhos do subcontinente, incluindo o Brasil, ou com outras nações externas ao continente americano.

---

21 Cf. p. 11.

No tocante a esse comércio e às relações internacionais com seus vizinhos sul-americanos, Argemiro Procópio (2008, p. 250) comentou que a descentralização colombiana da produção da coca contribuiu sobremaneira para sua multiplicação em roças na Bolívia, no Equador e no Peru. No caso específico deste último país, salienta-se que tal situação só aprofundou problemas como os já descritos anteriormente. Por fim, tem-se que as ações da diplomacia peruana ficaram dificultadas em outros fóruns, como a Asian Pacific Economic Association, APEC. Neste caso, em particular, em função da convivência com o Chile. Os peruanos têm com esse país uma disputa de limites marítimos e uma recordação ruim da Guerra do Pacífico (1879-1883) e suas conseqüências territoriais.<sup>22</sup>

### *Conclusão*

As últimas décadas do século XX foram de transição de uma ordem internacional para outra, de modo a se poder admitir, sem constrangimentos, que o surgimento do século XXI aconteceu na década de 1990. Nesse período deu-se a recomposição de novos cenários internacionais a partir do fim da bipolaridade e da derrocada do socialismo real. Nesse “novo mundo” temas como energia, estagnação da produção de bens, inflação, produção industrial relativa a sistemas financeiros altamente organizados, economia baseada em modelo tecnológico-industrial, reorganização do consumo e nova divisão internacional do trabalho preocupavam estadistas e homens comuns de qualquer país. Os temas gestados nas últimas décadas do século passado, na verdade, eram próprios do século que se iniciava e no qual eles representam problemas perenes a serem solucionados.

Nesse processo de recomposição, cada Estado se reincorporou ao sistema internacional por meio de suas experiências anteriores à década de 1990. Mas experiências compartilhadas com outros países desse sistema. Dessa forma, compreender o sentido de “fronteiras internas” da América do Sul significava observar o desenvolvimento internacional e as realidades que se formavam a partir dele. Entender que o subcontinente em pauta teve diferenças na realização dos seus Estados modernos, as quais permitiram que uns pudessem ser mais efetivos que outros e que essa eficiência concorreria para a infelicidade ou sucesso na reinserção naquele “novo mundo”. No caso dos insucessos, o prejuízo seria de longo e médio prazo, como observado através da história contemporânea do Peru que não logrou articular as três categorias admitidas como próprias do Estado moderno.

---

22 Disputa territorial que associou Bolívia e Peru contra o Chile, que os derrotou. Nessa guerra, o Peru perdeu a província de Arica.

*Recebido em setembro de 2012; aprovado em dezembro de 2012.*

### *Referências Bibliográficas*

AGOSTI, Aldo. O socialismo real: um balanço. *Revista de História*, São Paulo, n. 148, jul. 2003. Disponível em <[http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-83092003000100008&lng=pt&nrm=iso](http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-83092003000100008&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 02 dez. 2012.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. As duas últimas décadas do século XX: fim do socialismo e retomada da globalização In SARAIVA, José Flavio Sombra (org.). *Relações Internacionais: dois séculos de História: entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias)*. Brasília: IBRI, 2001, volume II, p. 91-174.

ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as nações*. 2ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

BONILLA, Heraclio. O Peru e a Bolívia da Independência à Guerra do Pacífico. In BETHELL, Leslie. (Org.). *História da América Latina: da Independência até 1870*. São Paulo/Brasília: EDUSP; Imprensa Oficial do Estado/FUNAG, 2004, volume III, p. 541-589.

HOBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

PROCÓPIO, Argemiro. *Subdesenvolvimento sustentável*. 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2008.

SARAIVA, José Flavio Sombra. Détente, diversidade, intranquilidade e ilusões igualitárias (1969-1979) In *Relações Internacionais: dois séculos de História: entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias)*. Brasília: IBRI, 2001, volume II, p. 63-89.

SILVA, Guilherme A.; GONÇALVES, Williams. *Dicionário de relações internacionais*. Barueri, São Paulo: Manole, 2005.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes.; PEREIRA, Analúcia Danilevich. *História do mundo contemporâneo: da Pax Britânica do século XVIII ao Choque das Civilizações do século XXI*. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

WHITEHEAD, Laurence. A Organização do Estado na América Latina Após 1930 In BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: A América Latina após 1930: Estado e Política*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, volume 7, p. 19-124.